

# A SEMANA na África

## Clipping sobre PALOP e África Austral

10 a 16 de Maio de 1992 Nº 37

### ANGOLA: MPLA em seu III Congresso extraordinário.

O Congresso do MPLA, que teve lugar em Luanda, entre os dias 07 e 12 de maio, contou com a participação de mais de 60 delegados, do país e do exterior. A proposta inicial compreendia o debate acerca da atual situação do país e a nova política a ser adotada pelo partido. Entretanto, esta pauta camuflava a verdadeira discussão a ser travada: a renovação do MPLA. No centro desta discussão estava a criação ou não do cargo de vice-presidente do Partido a ser preenchido por Daniel Chipenda. Esta articulação já havia sido promovida em fins de 91, entre o antigo líder da revolta do leste e o presidente José Eduardo.

No entanto, com o início do congresso tornou-se muito clara a discordância em relação a criação da vice-presidência, por parte dos quadros mais "duros" ou ortodoxos existentes na direção. A surpresa foi a atitude de Marcolino Moco, tido como um dos mais influentes renovadores do Partido, que considerou "não oportuna" a criação do cargo e justificou tal postura invocando entre outros fatores, a falta de tempo para consultar as bases. No entanto não podemos esquecer que um dos trunfos apresentados por Chipenda é o bom trânsito, que ele possui nas demais regiões do país, inclusive no sul, onde estaria também a força de Marcolino Moco. Esse grupo foi o responsável também pelo corte de alguns nomes, considerados progressistas da lista de ampliação do Comitê Central.

As decisões iniciais foram: a não criação do cargo de vice-presidente, a ampliação do Comitê Central (passando de 130 para 180 membros) e a retirada da designação "Partido dos Trabalhadores". Mesmo com as decisões que foram tomadas, Chipenda afirmou que não foi derrotado, pois a abertura obtida neste congresso para a chamada família MPLA poderá constitu-

ir o início de um processo mais abrangente. Esta resposta, que foi dada a agência Lusa, pode não conter todas as implicações desta articulação política, visto que, no último dia do congresso foi promovido um encontro entre o presidente Eduardo dos Santos e os apoiantes do grupo família MPLA, Mendes de Carvalho e Júlio de Almeida. Após esse encontro passou-se a admitir a promoção de Chipenda ao Bureau Político e a sua nomeação para o gabinete eleitoral do Partido. O presidente Eduardo dos Santos tem mostrado sinais de habilidade na preparação do partido para as eleições e certamente sabe o potencial eleitoral de Daniel Chipenda, especialmente no sul, e da família MPLA. (pp. 01 a 08)

### NESTA EDIÇÃO:

---

Eduardo Palaio escreve sobre a atuação da PIDE em Angola  
p.07

---

Instituto Superior de Engenharia em Cabo Verde  
p.09

---

Projeto de desenvolvimento industrial em Moçambique  
p.10

---

Deputado são-tomense defende associação com Portugal  
p.11

---

Chefe do serviço secreto militar sul-africano teria ordenado assassinatos de opositores do apartheid  
p.12

---

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622

R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: Outros impasses ainda poderão se suceder.

Norberto Costa Alegre, do Partido da Convergência Democrática (PCD) ainda não teve confirmada sua indicação para primeiro-ministro. Qualquer decisão que venha finalizar o impasse político-jurídico depende das apreciações de dois juristas portugueses que estão analisando as diferentes interpretações da Constituição são-tomense. Esta, redigida a partir de um modelo próximo ao português, estaria gerando discordâncias jurídicas devido à histórica divergência que naquele pequeno país, desde a independência, dividiu os seguidores de uma prática constitucional herdada de Portugal e outra adquirida em França. Outro motivo que estaria alimentando o impasse seria a permanência de antigas animosidades pessoais surgidas desde a transição para a independência.

Diante desta crise observamos que além do fortalecimento dos laços de São Tomé com Portugal, suscitaram-se alguns posicionamentos ideológicos sobre a viabilidade do país. Um deputado e empresário são-tomense, devido à grande falta de administradores, classifica de "descalabro" a gestão do país após a independência. A temida inviabilidade econômica seria, segundo ele, solucionada pela via de uma associação com a ex-potência colonial, interligação que manteria, surpreendentemente, a identidade e a independência de São Tomé.

Mas, voltemos à possível indicação de Norberto Costa Alegre. Ele teria ao seu lado o apoio do Banco Mundial para prosseguir a aplicação do plano de reajustamento estrutural e a busca da renegociação da dívida externa. É essencial, portanto, que todo esse processo seja solucionado sem sobresaltos. Contudo, as próximas eleições de 20 de janeiro poderão alimentar novos impasses. (pp. 10, 11 e 12)

PORTUGAL/PALOP: Regras para a privatização angolana.

Segundo Luís Tibério, correspondente do jornal Expresso em Luanda, uma comissão composta por técnicos da Universidade Católica e do Ministério da Indústria e Energia de Portugal irá preparar um estudo que servirá de base à elaboração das regras do processo de privatização da indústria angolana. Este estudo diz respeito à formulação da política industrial, delimitando, particularmente, as áreas que permaneceriam sob o controle estatal, e definindo as linhas de uma política para as pequenas e médias empresas. A avaliação das empresas, no entanto, permanece fora da alçada da comissão, ficando a cargo de empresas de auditoria já contratadas pelo governo angolano. Ainda em Angola, foi divulgado, também por Tibério, que a Petrogal, empresa petrolífera portuguesa, estuda a possibilidade de entrar na Sonangol, empresa petrolífera angolana, cuja reestruturação estaria em vias de ser implementada. No momento, existe uma associação entre as empresas na área de distribuição de combustíveis; tendo sido já constituída em Angola a Sonangal, que conta com 51% de capital da Sonangol e 49% da Petrogal, futuramente a Sonangol adquirirá 49% da Sopor, empresa controlada pela Petrogal. A Sonangol prepara-se atualmente para tomar parte na privatização da empresa portuguesa; 19% das cotas podem vir a passar ao controle da empresa angolana.

Outros fatos de destaque são a boa posição que sustenta em Angola a fábrica de mobiliário Lello FOC (tendo oferecido todo o mobiliário necessário ao funcionamento da escola de oficiais do Huambo, onde serão formados os quadros do novo exército angolano, prepara-se neste momento para equipar os centros de formação e reciclagem dos militares angolanos desmobilizados) e constituição, na Guiné-Bissau, de uma empresa que produzirá e comercializará os produtos da CIN neste país. (pp. 1, 4 e 9)

# O congresso do MPLA

**Gustavo Costa**  
em LUANDA

CONSULTAS de última hora mantidas quinta-feira entre o Presidente Eduardo dos Santos e representantes do Grupo de Reflexão para a chamada reunificação da «família do MPLA» parecem ter determinado a adopção de uma estratégia de concertação em torno da controversa criação do cargo de vice-presidente, durante os trabalhos do III Congresso extraordinário do MPLA, que amanhã deverá terminar em Luanda. A criação de três vice-presidências parecia ter algum consenso, mas ontem havia ainda uma grande margem de delegados indecisos.

Lopo do Nascimento, dado como principal candidato do MPLA ao cargo de primeiro-ministro nas eleições legislativas, Kundi Paima, governador de Luanda, e Daniel Chipenda figuravam como os três candidatos a vice-presidentes.

O Comité Central do MPLA, no espaço de um mês e por duas vezes consecutivas, rejeitara a existência de um único vice-presidente, que teria como principal candidato Daniel Chipenda. O «grupo de reflexão», constituído por uma massa significativa de intelectuais e militantes anteriormente afastados da organização, ao reunir-se extraordinariamente quarta-feira à noite mostrou-se inflexível nas suas propostas, permanecendo até ontem a eminência de uma ruptura entre as duas partes.

No final de 1991, era dado como certo o estabelecimento de um acordo tácito entre o antigo líder da revolta do Leste e Eduardo dos Santos, que, segundo um elemento do Grupo de Reflexão, apoiava Chipenda para a vice-presidência do partido e este abdicava da sua candidatura às

eleições presidenciais como independente.

Nas duas últimas reuniões do Comité Central do MPLA, o Presidente não teria, segundo fonte deste partido, conseguido toronar os obstáculos a essas propostas, lançando a incerteza quanto ao futuro político de um Daniel Chipenda pouco apostado em ocupar um lugar subalterno.

## Eduardo dos Santos «crítica» UNITA

A grande surpresa veio de Marcolino Moco, um dos mais influentes renovadores do MPLA, que em vésperas do Congresso desferiu um ataque contra o Grupo de Reflexão, classificando-o como «um grupo de intelectuais minoritário, baseado em Luanda». Moco apresentou-se, assim, como um dos principais adversários da assem-

blé, um francês e um santomense.

A alegada intimidação de eleitores favoráveis ao MPLA é tida por Eduardo dos Santos como a próxima acção de força dos rebeldes que, segundo fontes da UNAVEM, percorrem diariamente o interior do país e poderão estar a proceder ao acantonamento de potenciais eleitores, ao mesmo tempo que a tentativa de fraude eleitoral estimulada igualmente em Benguela por Jonas Savimbi poderá levar o MPLA durante este congresso a instruir o Governo no sentido de elaborar «medidas preventivas complementares».

É para o meio rural, onde o MPLA tem um claro défice de activismo político relativamente à UNITA, que Eduardo dos Santos pretende enviar o MPLA num «papel integrador e mobilizador de todas as sensibilidades da nação», apelando aos seus dirigentes para que abandonem «a comodidade dos gabinetes e das salas de reuniões».

Por detrás do triunfalismo do MPLA crescem, entretanto, receios no seio da população sobre uma possível violência pré-eleitoral, um clima que Eduardo dos Santos parece empenhado em evitar, apostando, ao mesmo tempo, no estabelecimento da paz também em Cabinda, antes de Setembro, «agora que as posições estão a ser melhor compreendidas por todas as tendências da FLEC».

Apesar deste clima de reservas e desconfiança mútuas, o Presidente Eduardo dos Santos preferiu acentuar as suas preocupações no «reavivamento das esperanças dos que começam a duvidar do futuro de Angola», endurecendo as suas críticas sobre aqueles que «pretendem enganar e intimidar o povo, fazendo crer que é na ameaça e no uso da força que reside o poder e a razão». Esta referência tem um óbvio destinatário: a UNITA cujo discurso xenófobo proferido na semana passada pelo seu líder em Benguela provocou o pânico no seio da comunidade estrangeira, depois da onda de criminalidade em que morreram seis portugue-

ses, um francês e um santomense.

A ausência de qualquer referência ao assunto no discurso de abertura de José Eduardo dos Santos foi vista por alguns como um apoio às teses mais conservadoras. Fontes próximas do Presidente apontam, porém, razões de ordem tática: «O Presidente pretendeu, primeiro, medir a temperatura do ambiente e no momento ideal saberá aplicar a terapêutica que melhor servirá os interesses das duas partes», prognosticou um delegado.

Nos meios mais moderados do MPLA, a esperança viria, depois da acção de concertação promovida à última hora junto de Eduardo dos Santos por Mendes Carvalho, embaixador na Polónia, e Júlio de Almeida, professor universitário e antigo comandante das FAPLA, ambos membros do Grupo de Reflexão. Foi uma tentativa de encontrar «uma solução interna consensual, de forma a não criar um clima de instabilidade que favoreça os nossos adversários, principalmente a UNITA», disse uma fonte do Grupo de Reflexão. Este primeiro braço-de-ferro transformou aquele grupo na primeira grande tendência do MPLA cuja institucionalização estava prevista para a sessão de ontem.

Simultaneamente, o grupo prepara-se para equipar os centros de formação e reciclagem dos militares angolanos desmobilizados ao abrigo dos acordos de paz do Estoril.

No âmbito da cooperação com as autoridades angolanas o grupo estuda agora a criação de entrepostos avançados na ex-colónia portuguesa, dirigidos ao sector doméstico e de

## Angola: Construções Técnicas e OPCA formam ACE

DUAS empresas controladas pela «holding» sectorial Metropolitana do grupo Interfina, a Construções Técnicas e OPCA, acabam de constituir um agrupamento complementar de empresas (ACE) destinado prioritariamente ao mercado angolano, mas cuja área de actuação se poderá estender a outros países. Segundo informações recolhidas pelo EXPRESSO, o ACE denominado Technopca tem já em carteira um conjunto de 14 obras, designadamente em Cabinda, Benguela e Luanda.

EXPRESSO

9 DE MAIO DE 1992

## FOC reforça-se nos Palop

O GRUPO FOC, que controla em Angola a fábrica de mobiliário Lello FOC — unidade que se manteve em laboração plena nos últimos 18 anos e que produz mobiliário escolar a partir de matéria-prima local —, acaba de oferecer todo o mobiliário necessário ao funcionamento da escola de oficiais de Huambo, onde vão ser formados os quadros do novo exército angolano. Esta oferta, anunciada pelo administrador-delegado da FOC, Borges de Castro, surge na sequência de uma visita que uma delegação militar conjunta da UNITA e MPLA efectuou à unidade fabril do grupo situada em Mafra.

Simultaneamente, o grupo prepara-se para equipar os centros de formação e reciclagem dos militares angolanos desmobilizados ao abrigo dos acordos de paz do Estoril.

No âmbito da cooperação com as autoridades angolanas o grupo estuda agora a criação de entrepostos avançados na ex-colónia portuguesa, dirigidos ao sector doméstico e de

escritório, tendo em vista a dinamização do mercado local.

Ainda nos Palop, a FOC pretende ver alargada a sua actividade a Moçambique e Cabo Verde, cujos respectivos ministros da Educação visitaram esta semana a unidade fabril da Foc Escolar, em Alfragide.

Segundo Borges de Castro, o «excelente relacionamento» que se verifica entre o grupo e as autoridades dos três países de língua oficial portuguesa permitem boas perspectivas nestes mercados, estando actualmente em estudo a instalação de redes de centros ambulatoriais de formação profissional, a maioria dos quais funcionará em unidades móveis especialmente equipadas para o efeito.

Com um capital de 650 mil contos, o grupo Foc é controlado em 90 por cento pela família Borges de Castro, cabendo os restantes 10 por cento aos irmãos Osório de Castro, fundadores da empresa há mais de 60 anos. O grupo facturou em 1991 cerca de 3,3 milhões de contos.

A.E.Q.

# MPLA em Congresso

O MPLA inicia, amanhã em Luanda, o seu III Congresso extraordinário para definir uma estratégia eleitoral e adequar estatutos e programa à "nova realidade do país".

Mais de 600 delegados, do país e do estrangeiro, debaterão a actual situação do país e a nova linha política do partido governamental angolano. Não se esperam revisões drásticas, mas uma acentuação do "espírito de abertura" que possa reforçar a sua base eleitoral. Admite-se um alargamento do Comité Central (actualmente com 130 membros) e algumas mudanças de personalidades, sendo certa a abolição definitiva da designação "Partido do Trabalho" do nome do partido.

Congresso do MPLA

## Luta de bastidores pela vice-presidência

Luzia Ribeiro\*, em Luanda

Um veemente apelo de José Eduardo dos Santos à mobilização dos militantes para as eleições de Setembro e uma guerra surda em torno da criação duma vice-presidência marcaram a abertura do congresso do MPLA. No centro da disputa está Daniel Chipenda. E, no fundo do conflito, o problema da renovação do partido.

**N**a abertura do III Congresso extraordinário do MPLA, ontem em Luanda, o Presidente José Eduardo dos Santos apelou à imediata mobilização dos militantes "em todas as frentes" para que o partido governamental possa ganhar as eleições de Setembro.

Perante os mais de 600 delegados vindos de todo o país e do estrangeiro, o Presidente incitou os quadros do partido "a abandonarem o conforto dos ministérios" para fazerem campanha junto do povo, nas aldeias e nas cidades.

Numa evidente alusão à UNITA, advertiu contra "os demagogos e populistas" que, através de "falsas promessas de vida fácil", não escondem a sua "sede de sangue e vingança", para reafirmar que só o MPLA estaria apto a garantir a continuidade das reformas políticas e económicas em curso.

Mas, a nota dominante do primeiro dia do congresso foi a proposta de criação duma vice-presidência do MPLA e a aparente saída irrevogável dos "jovens turcos" da lista para alargamento do Comité Central.

Negociações de última hora no âmbito do chamado "Grupo de Reflexão" da "Família do MPLA" levaram à comparência no Congresso do candidato mais provável ao cargo de vice-presidente, ainda por criar, o histórico Daniel Chipenda, que chefiou nos anos 70 a facção da "Revolta do Leste" contra a então muito disputada chefia do Presidente Agostinho Neto.

Parte da lista de 16 nomes propostos pelo Comité Central em funções para o seu alargamento foi, entretanto, "riscada", sobretudo um núcleo aqui referenciado de "jovens turcos", em processo de emergência no partido. Este grupo foi activo na renovação e rejuvenescimento das suas fileiras, pelo trabalho desenvolvido no recente processo de remodelação.

Entre os nomes referenciados à agência Lusa, incluem-se as juristas Luzia Sebastião (mulher do ministro do Interior) e Julia Ornelas, Angela Bragança, do Instituto Nacional da Criança, e João Melo, poeta recentemente regressado do Brasil.

Fontes diversas disseram à Lusa que a questão da vice-presidência surgiu agudizada na véspera do Congresso, quando durante uma audiência com o Presidente José Eduardo dos Santos, tanto Daniel Chipenda, como Agostinho Mendes de Carvalho, dois "velhos" do MPLA propostos para o novo Comité Central pela actual direcção, obtiveram a repetida recusa para a ideia da criação da vice-presidência.

PUBLICADO  
QUARTA-FEIRA 8 MAIO 1982

O tom "eleitoralista" do congresso é dado pelo próprio lema que os seus organizadores escolheram — "MPLA no coração" — inspirado numa canção de grande êxito ("Angola no Coração") que pretende dar a imagem dum partido novo e dum Estado despartidarizado.

Mas o espírito de abertura não impede a escalada do combate político. O Governo de Luanda desencadeou ontem um violento ataque ao líder da UNITA, Jonas Savimbi, acusando-o de apelar à "fraude eleitoral" e de continuar a atacar os estrangeiros. Num comício em Benguela, durante o fim-de-semana, Savimbi pedira aos jovens que "crescessem depressa" para se poderem recensear votar e denunciarem os privilégios dos estrangeiros perguntando porque não ficavam eles nas suas terras.

## Savimbi acusa a CIA

Na sua edição de ontem, o "New York Times" reabre o dossier Wilson Santos- Tito Chingundji, revelando passagens da resposta da carta de resposta de Savimbi ao secretário de Estado James Baker sobre a morte daqueles dois dirigentes do movimento. Segundo o "Times", Savimbi afirma que Chingundji o tentou derrubar e que terá sido apoiado pela CIA nessa conspiração, mas continua a atribuir a execução dos dissidentes a Nzau Puna. Num artigo assinado por Clifford Kraus, o "Times" sublinha que esta troca de correspondência reflecte uma tensão crescente entre a UNITA e os EUA e suscita novas dúvidas sobre o futuro do processo de paz em Angola. Savimbi alega ainda Wilson

Santos e Chingundji planearam, em 1988, fazer uma aliança entre o MPLA e elementos da UNITA para o derrubarem e depois chegarem a um acordo de paz.

Tanto o secretário de Estado adjunto para África, Herman Cohen, como a CIA se recusaram comentar para o "New York Times" as afirmações de Savimbi. ■

Segundo algumas fontes, a ideia da vice-presidência — proposta do "Grupo de Reflexão" — teve aceitação posterior por parte da camada mais jovem dos activistas do partido.

Pretendia-se com ela aliviar de funções o presidente do partido, José Eduardo dos Santos, que é cumulativamente chefe de Estado e de Governo, comandante-chefe das Forças Armadas e o principal parceiro directo do processo de paz em aplicação no país, numa lista vasta de títulos e funções.

Por outro lado, a "subida por cima" de Chipenda seria tanto o reconhecimento do seu historial, quanto a vénia devida a um potencial agitador de eleitorado em faixas de grande acção partidária pelo principal adversário político do MPLA, a UNITA, sobretudo no Leste do país.

A ideia, inicialmente ventilada de forma muito positiva em círculos políticos do MPLA, acabou por ser derrotada aparentemente nos seus bastidores executivos pela chamada "ala dura" do Bureau Político.

Segundo um "jovem turco", no entanto, o panorama inicial do III Congresso do MPLA "não é tão dramático como o pintam, basta que se regule a questão das tendências, já reconhecida estatutariamente".

"Nem todos estão contra Chipenda", disse à Lusa uma fonte, "o combate à sua entrada (para vice-presidente) foi dirigido, por exemplo, por Roberto de Almeida". Este membro da liderança do MPLA teve durante longo período a seu cargo a observância da linha ideológica do partido, entretanto reformulada.

Segundo uma fonte próxima de Chipenda, "ele agora vai jogar no tudo ou nada", já não pode voltar atrás" na luta interna das fileiras em que se conjugam a velha guarda do partido, os recém mobilizados no âmbito da "Família" e a camada mais jovem.

Este último sector considera que o partido está "anquilosado, fixado na psicose da UNITA e sem fazer trabalho nenhum" de propagação e activismo partidário no "país real".

"Mas o que é que 30 (os possíveis defensores da reforma da direcção do partido, pelo "Grupo de Reflexão") podem fazer no meio de 600 delegados?", disse à Lusa uma fonte.

"Sabemos que já houve jogos de bastidores, para abafar esta questão. Aparecemos para alargar o âmbito do partido e, agora, parece que nos querem fazer passar por oposição ao MPLA e já não como membros da sua grande 'Família'".

Chipenda está simplesmente proposto para membro do próximo Comité Central alargado para 180 membros (actualmente o CC tem 130 lugares), mas, segundo fonte próxima deste dirigente, ele não aceitará somente essa parcela do novo figurino do partido.

A sua disposição aparente será de esperar para ver como corre o debate sobre a vice-presidência, remetido para a questão da reforma dos estatutos.

Uma fonte partidária, experiente nos fluxos e refluxos das dissidências e adesões intrapartidárias da história recente do país, disse à Lusa que "ele (Chipenda) pode talvez tentar actuar sozinho, mas sozinho aqui não se pode fazer nada". ■

\*da agência Lusa

# Chipenda promovido mas sem vice-presidência

PÚBLICO 11 MAIO 1992

DEVERÁ terminar hoje em Luanda o III Congresso extraordinário do MPLA, com a apresentação de um Comité Central alargado, com 180 membros, e o anúncio do novo programa e dos novos estatutos, além de diversas resoluções sobre o processo de paz. O nome do partido perderá a designação "Partido do Trabalho", regressando assim à sua formulação inicial — Movimento Popular de Libertação de Angola.

Os debates mais vivos do congresso centraram-se na criação do cargo de vice-presidente e no papel a desempenhar por Daniel Chipenda, uma figura histórica do partido e antigo líder da "Revolta do Leste", uma ala dissidente do MPLA. Mas a direcção do partido considerou "não oportuna" a criação do cargo, decisão que o secretário-geral Marcelino Moco justificou invocando, entre outros factores, a falta de tempo para consulta às bases.

No entanto, Daniel Chipenda "desempenhará no papel de direcção do partido um papel bastante importante", afirmou Luiza João Lourenço, pa-

ra do congresso. Por seu lado, Chipenda considera que não foi derrotado no processo. Disse à Lusa que "não foi uma derrota porque a vice-presidência nunca foi a minha ideia". E acrescentou que "a abertura" feita neste congresso é chamada família do MPLA poderá constituir o começo dessa abertura que queremos que se alargue a toda a família.

Admite-se que Chipenda, além de membro do Comité Central, possa vir a ser promovido ao Bureau Político, ou ser ainda nomeado para dirigir o gabinete eleitoral do

MPLA. Mas, segundo outras fontes citadas pela Lusa, este último cargo poderia vir a ser diluído numa estrutura colegial de que faria parte nomeadamente um dos actuais homens fortes do partido, Lopo do Nascimento, que abandonou recentemente o Governo para coordenar a campanha eleitoral.

Nascido no Lobito, mas sendo "realmente do Huambo", Chipenda cre que estará "a vontade em qualquer parte do país", tendo combatido de Cabinda até ao Leste. É visto como um trunfo do MPLA para disputar à UNITA os votos do eleitorado das províncias do centro, de linha umbundu.

## Conselho Eleitoral entra em funções

Um importante passo no sentido da concretização do processo eleitoral de Setembro próximo foi dado no sábado com a posse dos membros do Conselho Nacional Eleitoral, cuja nomeação era esperada desde Janeiro e foi atrasada por divergências quanto à sua composição.

Presidente do CNE o juiz António Pinto Caetano de Sousa. O lugar chave de director-geral será ocupado por Onofre Martins dos Santos, militante da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e que mereceu o consenso dos diferentes partidos. O anterior nome indigitado, o embaixador Luis de Almeida, fora rejeitado por partidos da oposição.

Integram o CNE personalidade indicadas pelo Presidente, representantes dos partidos já registados e delegados dos ministros dos Estrangeiros e da Administração do Território. ■

Cardeal não quis revista católica com entrevista do Presidente

# Eduardo dos Santos elogia Igreja

QUINTA-FEIRA, 7 MAIO 1992

PÚBLICO

António Marujo

As "únicas ameaças" ao processo de paz em Angola "só poderão derivar da desonestidade e má-fé dos interventientes no processo político daquele país, na convicção do Presidente José Eduardo dos Santos expressa numa pequena entrevista, ontem publicada no número de Maio do jornal "Acção-Missionária", dos Missionários do Espírito Santo.

As respostas de Eduardo dos Santos ao correspondente do jornal em Angola, dadas por escrito, seguem-se a uma entrevista do líder da UNITA, Jonas Savimbi, ao número de Fevereiro do "Acção Missionária" (ver PÚBLICO de 5 de Março 1992), com o mesmo questionário. Já em Janeiro, a edição portuguesa de outra publicação católica, a revista "Família Cristá", inseria uma pequena entrevista do Presidente angolano num dossier mais vasto sobre a situação em Angola.

Na entrevista agora publicada, Eduardo dos Santos afirma que os "Acordos de Bicesse criaram os mecanismos adequados para resolver litígios e desencorajar violações". Considerando a paz como irreversível, o Presidente diz que os angolanos "estão cansados da guerra longa e dolorosa que tiveram de sofrer".

Mas é sobre a Igreja Católica que incide a maior parte da entrevista, como já acontecera nos casos anteriores, em que era notória a vontade dos dois líderes angolanos se aproximarem da estrutura eclesial.

"A Igreja Católica foi, nestes 16 anos de guerra, uma das poucas forças organizadas a manter viva a esperança das populações numa solução pacífica do conflito", afirma.

Na entrevista de Fevereiro, Savimbi elogiara também a posição "muito corajosa" da Igreja, dizendo que ela "esteve na vanguarda em denunciar os males". Eduardo dos Santos afirma, agora, que, "pela sua acção constante em defesa de princípios que valoram acima de tudo o respeito pela vida humana e pela sua enorme influência junto das populações, a Igreja Católica foi assim, nestes tempos de trevas, uma luz pacificadora por excelência".

## Interferências...

O Presidente angolano refere-se, depois, ao papel das Igrejas no actual momento da vida do seu país, considerando-as "indispensáveis para a revalorização da vida espiritual e para uma verdadeira reconciliação da família angolana".

Em relação ao futuro, Eduardo dos Santos garante que, caso se candidate e ganhe as eleições, continuará a "pugnar para que as Igrejas possam desenvolver a sua acção em plena liberdade, num plano de franca harmonia e colaboração com o Estado e a sociedade civil".

Savimbi, por seu turno, dissera que não iria interferir "em nada na vida da Igreja", salientando, ao mesmo tempo, a "outra vocação" da Igreja em Angola — "o ensino, a saúde, a preparação dos quadros" — e adiantando que ela deveria, para a concretizar, "receber todo o apoio que o governo pudesse dar".

Na entrevista que agora sai a público, o Presidente de Angola fala também dos direitos humanos no país. "Sempre procurámos, no que diz respeito ao Governo e às Forças Armadas, que as populações inocentes fossem mantidas à margem do conflito armado", diz, para acrescentar que "já não se tem aplicado a pena de morte, que pretende-mos abolir brevemente".

## ... e indicações

O PÚBLICO apurou, entretanto, junto de duas fontes angolanas bem colocadas, que o arcebispo de Luanda, cardeal Alexandre do Nascimento, terá dado indicações

para que a revista "Família Cristá", de Janeiro, com a entrevista a Eduardo dos Santos, não circulasse através das paróquias de Luanda. 50 mil exemplares daquele número foram encomendados pelo Ministério angolano da Informação. Segundo as nossas fontes, o cardeal não quis que as paróquias da sua diocese servissem de canal para a distribuição.

A notícia deste gesto de Alexandre do Nascimento — que os editores da revista em Lisboa afirmam desconhecer — foi considerada "estranha" pelo padre Agostinho França, director da edição portuguesa da "Família Cristá". De facto, é conhecida a maior simpatia do cardeal pelo Presidente angolano, atendendo até ao facto de, ainda antes de ser nomeado arcebispo de Luanda, Alexandre do Nascimento ter sido sequestrado pela UNITA.

Segundo soubemos, a representação da UNITA em Lisboa também se mostrou desagradada pela publicação da entrevista. A atitude do cardeal, embora não directamente causada pela pressão do partido de Jonas Savimbi, quereria afirmar, deste modo, um distanciamento da hierarquia católica em relação aos dois principais adversários nas eleições que se avizinham.

## As bodas do Presidente

Um outro acontecimento de âmbito social é também significativo: Eduardo dos Santos está a preparar, o que parece com grande pompa, o seu casamento católico. Tudo aponta para que tal se verifique antes da visita do Papa ao país, que decorrerá dentro de um mês, entre 4 e 10 de Junho próximo, à semelhança, aliás, do que aconteceu com Aristides Pereira, em Cabo Verde.

Com o casamento católico, Eduardo dos Santos tenta jogar mais uma cartada na sua aproximação à Igreja, a somar ao baptizado do filho Eduane, em Dezembro último, e ao início da transmissão da missa dominical, pela televisão angolana, em Março. Com as eleições à porta, os políticos acabam, com estas atitudes, por fortalecer o peso institucional da Igreja angolana, potencialmente influente junto de metade da população do país. ■

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 5 MAIO 1992

# Relações com os países ACP no sector da energia discutidas em Luanda

## A vez dos produtores de petróleo

A COMISSÃO Europeia reagiu ontem favoravelmente a uma proposta apresentada pelo primeiro-ministro angolano, Franco Van Dunen, para a criação de um mecanismo financeiro destinado a compensar os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) exportadores de petróleo das flutuações de preço do mercado internacional.

A proposta de Van Dunen foi apresentada durante a sessão inaugural da Conferência ACP-CE sobre o Petróleo e o Gás Natural, que amanhã termina em Luanda e que conta com a presença de muitas dezenas de representantes tanto dos países ACP e da Comunidade Europeia, como da indústria petrolífera e das instituições financeiras internacionais.

A proposta "não caiu em custo zero", afirmou António Cardoso e Cunha, comissário europeu responsável pela política energética dos Doze e o promotor da conferência, que considerou a sua discussão "justificável" no quadro das novas relações de cooperação que deverão ser estabelecidas no sector da energia. As receitas do petróleo são a garantia do desenvolvimento futuro dos países exportado-

res, reconheceu ainda o comissário, defendendo a urgência de se evitarem os "ciclos perversos" das flutuações dos preços.

O mecanismo proposto por Van Dunen seria uma réplica de dois instrumentos actualmente em vigor no seio da Convenção de Lomé, que enquadra as relações de cooperação entre a CE e os países ACP: o Stabex e o Symmin, que compensam, respectivamente, as quebras nas receitas de exportação de matérias-primas e de minérios.

Uma anterior tentativa de criação de um mecanismo deste tipo pelos países ACP, durante as negociações que levaram à assinatura da IV Convenção de Lomé, que vigorará até ao ano 2000, foi ignorada pelos Doze, que persistiram em conferir ao sector energético um lugar secundário na sua cooperação com esta zona do mundo.

Segundo Van Dunen, as primeiras versões da Convenção de Lomé estiveram centradas na busca de alternativas para os países fortemente dependentes das importações de petróleo. "Os produtores eram considerados privilegiados, uma vez que petróleo era sinónimo de recursos que lhes permitiriam suprir os problemas económicos noutras áreas", afirmou.

"Ora, os países produtores são penalizados pelos volumosos investimentos necessários para a extracção de petróleo, que têm de ser reembolsados independentemente dos preços praticados no mercado mundial", defendeu o primeiro-ministro angolano.

Na opinião de Van Dunen, as novas relações de cooperação da CE neste sector deverão passar pela assistência técnica aos países produtores, na inventariação dos recursos e na sua exploração racional, em simultâneo com a criação deste novo instrumento financeiro, para os "ajudar a passar os tempos das vacas magras".

Dos 66 países ACP, seis são exportadores de petróleo — Nigéria, Angola, Gabão, Congo e Camarões no continente africano, e Trinidad e Tobago nas Caraíbas —, representando dois por cento das reservas mundiais e cinco por cento da actual produção de bruto. O maior exportador, a Nigéria, assegura 58 por cento da produção dos ACP, enquanto Angola, em segundo lugar, representa 16 por cento do total. ■

Isabel Arrigo e Cunha, em Luanda